

JOSEANE PREZOTTO

O *CRÁTILLO* DE PLATÃO
Uma leitura

CURITIBA
2006

Agradeço à Prof.^a Gissele Chapanski pelo exemplo de dedicação ao estudo,
ao Prof.^o Jorge Piqué pelo material bibliográfico que me disponibilizou
e ao meu orientador, Prof.^o Márcio Renato Guimarães, pela paciência.

INTRODUÇÃO

Remeter-se às realizações da Antigüidade Clássica é ponto de partida comum, na descrição do desenvolvimento histórico, a diversas disciplinas científicas. Porém, muitas vezes, sobretudo em manuais de iniciação, a menção a este período apresenta um formato estereotipado e superficial, soando como uma reverência que se presta à ‘pré-história’ de tal ciência. Considero, contudo, que a história das idéias que compõem uma disciplina é muito mais que um descrever acontecimentos, é encarar profundamente os padrões aos quais foram se moldando nossos pensamentos e concepções, rever os motivos do desenvolver esta ciência o formato com que agora se nos apresenta. Assim, a análise das condições históricas que originaram o arsenal de informações e métodos com o qual trabalhamos na atualidade contribui para o aprimoramento da investigação e produção científicas, pois aprofundar a reflexão acerca dos primórdios de uma ciência é um valioso instrumento para o estudioso e não um ato de depor flores sobre túmulos.

Nesse sentido a investigação histórica está relacionada com os interesses atuais da disciplina e com as impressões particulares ao pesquisador, pois “se a história deve ser algo mais do que o simples registro analítico do passado é inevitável uma certa dose de subjetividade na ordenação e na interpretação dos acontecimentos”.¹ Porém, algumas de nossas concepções estão de tal forma cristalizadas que partimos, mesmo sem intenção, de uma determinada posição ‘evidente e óbvia’; assim, certas discussões propostas pelos antigos nos parecem completamente descabidas. A tentativa, então, é de encontrar, na leitura dos textos da Antigüidade Clássica, qual concepção, não raro muito diversa da nossa, está aí latente; entender por que as idéias expressas tomaram tal forma naquele momento e a qual necessidade respondiam, buscando novas maneiras de se ter acesso às contribuições do período.

No campo da Lingüística, encaramos os gregos antigos como os iniciadores do processo histórico que dará as bases para a constituição da disciplina, porém, descrever o pensamento grego acerca da linguagem é terreno arenoso. E pisamos nele cientes da impossibilidade de prosseguir sem estar a fazer ressalvas.

¹ Robins, 1979, p. 3.

Platão, autor da obra da qual me ocupo neste trabalho, não formulou nenhum tipo de ‘teoria da linguagem’, ou sequer elucidou claramente algum ‘conceito de linguagem’, pois não a encarou, como se costuma dizer, e que passou a ser o interesse da Lingüística a partir do século XIX, nela mesma e por ela mesma. Mas, ao se opor às doutrinas filosóficas de seus predecessores e contemporâneos, precisou, para fazer sua crítica, expor as opiniões destes e a sua sobre aspectos que me interessam aqui, sendo ele testemunha e transmissor de um primeiro debate acerca de maneiras de ver a linguagem, e mais propriamente, de maneiras de ver o mundo expressas na reflexão sobre a linguagem.

A distância entre a concepção platônica da linguagem e a nossa é mais que uma questão de distância temporal: “a visão comum que temos hoje da linguagem começou a se esboçar nos círculos aristotélico e estóico, não devemos transpô-la para todos os demais textos gregos e em especial aos anteriores a Aristóteles.”¹ Pois, “Aristóteles coloca a questão da linguagem em formas tão diversas e inovadoras em relação a todos os que o antecedem, que bem o poderemos considerar mais próximo de nós que de Platão, que implicitamente critica.”²

Dessa forma, falar da contribuição platônica exige esboçar o pano de fundo sobre o qual se evidenciam suas reflexões, reconhecer a genealogia do processo que o levou a tratar desta questão e expô-la da forma como o fez, considerar os aspectos que o influenciaram, o ambiente a que estava exposto e que condicionou suas opiniões; compreender o momento histórico evitando preconceitos.

Delimitamos este trabalho, então, à reflexão grega sobre a linguagem anterior a Aristóteles concentrando o estudo no diálogo platônico intitulado *Crátilo*. A análise deste diálogo nos permite delinear as questões que preocuparam os homens da época de Platão.

Após uma apresentação do diálogo, que considero especialmente importante por mostrar minha leitura básica do texto, discorro sobre pontos fundamentais, com especial interesse em flagrar os interlocutores de Platão, i.e., os pensadores que implícita ou explicitamente têm suas idéias ali retratadas, ou caricaturadas. Também nos propomos cotejar uma leitura mais ‘literal’ com a interpretação moderna presente na bibliografia a que tivemos acesso.

¹ Piqué, 1993, p. 3.

² Trindade Santos, 1987, p. 47.

Analisar este texto não é apenas uma questão de fidelidade histórica, mas, mais que isso, é um questionar-se acerca das reflexões que dão início à construção de uma disciplina. Não queremos com isto dizer que há um caminho sempre em linha reta com o fim de se chegar à construção do modelo de abordagem científica aceito na atualidade, mas precisamente o contrário. Conhecer as escolhas e percepções individuais, condicionadas por um dado contexto histórico-cultural, é fundamental para a compreensão do processo de instituição de uma disciplina.

1 APRESENTAÇÃO DO DIÁLOGO

1.1 *Pra início de conversa*

O diálogo começa com o convite de Hermógenes para que Sócrates participe da conversa dele com Crátilo, este simplesmente aceita que aquele tome parte, sem grande entusiasmo (383 a). Hermógenes apresenta a Sócrates a discussão: Crátilo diz que a correção do nome (*ονοματων ορθοτην*), de cada ser, existe por natureza e que este nome não é fruto do acordo entre alguns, os exemplos que dá se referem a nomes próprios; o nome de Hermógenes não é seu nome correto, o de Sócrates, sim. Hermógenes se diz ansioso por entender o que Crátilo quer dizer com isto, chamando de oráculo (384 a) à posição do amigo, e pedindo a ajuda de Sócrates para interpretá-lo, se mostrando, no entanto, mais disposto a saber a própria posição de Sócrates a respeito do assunto. Sócrates se diz desconhecedor da verdade sobre a correção dos nomes já que não ouviu a aula de cinquenta dracmas de Pródico sobre o assunto, e diz que o melhor é buscarem conjuntamente saber quem está com a razão.

Hermógenes discorda da posição de Crátilo, já que por mais que tenha discutido este assunto com ele e com outros permanece achando que a correção dos nomes não é outra coisa que acordo (*συνηχη*) e consenso (*ομολογια*), e seu exemplo também se baseia no nome próprio; citando o costume de se trocar o nome de escravos, diz que nenhum nome o é por natureza, mas existe por convenção (*νομοι*) e costume (*εθνη*). Hermógenes será o interlocutor de Sócrates durante aproximadamente dois terços da obra.

1.2 **Crítica da teoria convencionalista da linguagem / Construção da teoria naturalista (385 a – 428 b)**

Sócrates começa por minar a teoria de Hermógenes fazendo com que este inadvertidamente relacione sua tese com uma posição de extremo individualismo (385 a). De fato Hermógenes havia dito que o nome existe por convenção e costume dos que se

acostumaram e assim chamam (*no/mw/ kai\ e)/qei tw~n e)qisa/ntwn te kai\ kalou/ntwn* 384d), mas responde afirmativamente quando Sócrates pergunta se este nome pode ser dado tanto por um particular quanto pela cidade (*e)a\n i)diw/thv kalh~/ kai\ e)a\n po/liv*).

A seguir esta afirmação Sócrates colocará imediatamente a questão do discurso verdadeiro (*lo/gov a)lhqh~v*) e discurso falso (*lo/gov yeudh/v*), e Hermógenes concorda que os dois são possíveis (385 b). A diferença estabelecida por Sócrates é a de que o discurso verdadeiro fala as coisas *como* elas são, e o falso *como* elas não são (385 b). Assim é possível dizer o que não é, i.e., dizer o que não condiz com a verdade.

Sócrates encara *lógos* (discurso ou frase) como soma das partes, sendo o nome parte (a menor parte) de um *lógos* verdadeiro ou falso, será, respectivamente, verdadeiro ou falso. E postula assim que há nomes verdadeiros e falsos (385 c).

Isto posto voltará para a questão de quem dá nome as coisas. Hermógenes considera aqui que a correção do nome está no fato de que podemos chamar algo pelo nome que quisermos, mesmo que este seja diferente entre uma e outra pessoa, da mesma forma as cidades podem dar nomes diferentes para o mesmo objeto, nomes diferentes de gregos para gregos, e de gregos para bárbaros. Ao fazer esta afirmação Hermógenes abre espaço para que Sócrates possa ligar a possibilidade de qualquer um dar o nome que lhe aprouver às coisas com a opinião de Protágoras, de que o homem é a medida de todas as coisas («*pa/ntwn xrhma/twn me/tron*» *ei]nai a)/nqrwpon* 386 a), e pondera que se assim fosse não poderia haver julgamento de valor entre os homens, não se poderia considerar uns mais sensatos que os outros, já que a opinião de cada um seria a verdade para cada um. Hermógenes concorda, pois há a sensatez e a insensatez, que Protágoras estava errado. Com o mesmo argumento Sócrates desbanca a tese de Eutidemo de que tudo é igual para todos ao mesmo tempo (386 d). Eutidemo é o sofista que protagoniza o diálogo platônico de mesmo nome, esta tese, no entanto, é formulada de outra forma ali, todos os homens, diz ele, sabem tudo se sabem uma só coisa¹.

A conclusão de Sócrates a partir disso é que as coisas existem por si mesmas de acordo com sua essência própria e sua natureza (*kaq'au(ta\ pro\v th\n au9tw~n ou)si/an e)/xonta h[|[|per pe/fuken*) e assim também são as ações. Sendo o

¹ *Eutidemo* 294 a e ss. e 296 c.

nomear parte da ação de falar é também ação (387c) e se encaixa na definição concluída antes. Então “a través de un paralelismo muy estrecho - e muy del gusto de Sócrates - con la acción de tejer (y otras actividades artesanales), (...), se llega a la conclusión de que la acción de nombrar tiene un instrumento, que es el nombre, un artesano, que es el dialéctico, y un fabricante, que es el legislador-nominador.”¹

Ao qualificar o nome como instrumento Sócrates especifica sua função como a de instruir (*didaskaliko/n*) e distinguir as essências (*diakritiko\n th~v ou)si/av*), em comparação com a lançadeira que separa os fios de um tecido (388 c).

A tão polêmica figura do legislador é colocada por Sócrates a partir do raciocínio com o qual concorda Hermógenes de que a convenção, i.e., a lei ou o uso (possíveis traduções do termo grego *nómov*) nos transmitiu o nome, logo o *nomotētēs* é o *onomaturgo*, o criador dos nomes. Com a figura do legislador a conclusão é a de que impor nomes não é tarefa de *qualquer* homem, mas sim de um *artista* (*dhmiourgo/v*).

Descrevendo o trabalho do legislador aparece um “esbozo de la teoría de las Ideas, aún en fase tentativa: el léxico no está fijado del todo y el sentido último no se ve muy claro.”² Encontrado o instrumento naturalmente indicado para determinado trabalho, é preciso aplicar sua forma à matéria de que é feito, não como se queira, mas como é natural (*to\ fu/sei e(kastw| pefuko\v o)/rganon e)ceuro/nta dei~ a)podou~nai ei)v e)kei~no e)c ou[a)/n poi h/~ to\ e)/rgon, ou)x oi[on a)/n au)to\v boulhqh/~, a)ll' oi[on pe/fuke. 389 c*). O legislador deve saber impor aos sons e às sílabas o nome que é naturalmente apropriado para cada coisa, tendo os olhos fixos no que é o nome em si (*to\ e)ka/stw| fu/sei pefuko\v o)/noma to\n nomoqe/thn e)kei~non ei)v tou\v fqo/ggouv kai\ ta\v sullaba\v dei~ e)pi/stasqai tiqe/nai, kai\ ble/ponta pro\v au)to\ e)kei~no o(\ e)/stin o)/noma 389 d*).

O ‘artesão’ que faz uso da obra do legislador é o dialético, logo é ele que pode julgar e direcionar o trabalho do legislador (*Nomoqe/tou [e)/rgon] o)/noma, e)pista/thn*

¹ Calvo, 1983, p. 343.

² Ibid., p. 374.

e)/xontov dialektiko\ n a)/ndra, ei) me/llei kalw~v o)no/mata qh/sesqai.390 d)¹

Em 390d-e Sócrates resume o que foi dito até agora: instituir nomes não é tarefa banal ou feito de homens medíocres ou de quaisquer homens, como pensa Hermógenes; Crátilo tem razão em afirmar que as coisas têm seu nome por natureza, e que não é qualquer um o *onomaturgo* mas somente aquele que se fixa no nome que cada coisa tem por natureza e é capaz de impor sua forma às letras e sílabas. “Es decir, existe un nombre en sí (forma) que puede encarnarse en diferentes sílabas y letras. Sócrates considera definitivamente liquidada la teoría convencionalista por las consecuencias epistemológicas y - en definitiva - ontológicas que implica.”²

Hermógenes diz não saber de que forma se opor ao que Sócrates concluiu mas pede a este que lhe demonstre o que é esta correção natural do nome da qual fala. Sócrates deixa claro que ambos chegaram juntos a esta conclusão ao examinar o problema, pois ele mesmo já havia se declarado ignorante no assunto e repete o conselho de que melhor seria haver dinheiro para aprender com os sofistas; como não o têm e visto que foi descartada a opinião de Protágoras irão aprender com os poetas e, especialmente, Homero.

1.2.1 Análise etimológica de nomes (391 d – 421 c)

Sócrates passará então a investigar diretamente os nomes, procurando neles a sua correção natural. A ‘etimologia’ aqui empreendida não deve ser confundida com a etimologia científica atual, pois é uma procura pelo ‘verdadeiro significado’, a tentativa de se revelar algo mais profundo pela ‘exegese’ da palavra; Sócrates busca a relação nome/coisa que justificaria a naturalidade de uma coisa ter determinado nome e não outro.

Depois de uma primeira tentativa, logo abandonada, de se analisar os nomes que Homero diz serem dados por deuses (que deveriam ser mais exatos que os usados pelos

¹ “Socrate ne veut pas dire que les deux fonctions doivent être nécessairement distribuées entre deux personnes différentes. Elles peuvent être unies dans la même; mais c’est à la dialectique que revient la direction” Méridier, 1950, p. 61

² Calvo, op. cit., p.343.

mortais), ou por homens (mais sensatos que as mulheres)¹, Sócrates levanta o princípio de que um filho deve receber o nome do pai, se nascer conforme a sua natureza. Os nomes serão diferentes quanto às sílabas ou letras que os compõem mas devem manifestar a essência do ser (393d). Assim considera que as letras *e*, *t* e *a* adicionadas a *b* para constituir o nome da letra *beta* (*b*), não impedem que se manifeste a natureza desta letra em seu nome (393e).

Já para os que nascem *contra natura* o nome deve ser conforme seu gênero. Procurará então explicações para os nomes dos Pelópidas: Orestes, Agamenón, Atreu, Tántalo, Zeus e Urano; “il considère apparemment les représentants de cette famille comme les produits d’une génération anormale, car il explique chaque nom par le caractère de son possesseur”.²

A análise de Sócrates faz uso de qualquer relação que se possa estabelecer entre uma palavra e outras palavras: inversão de componentes, desmembramento em qualquer nível, compactação de uma sentença inteira; qualquer lembrança fonética ou gráfica da palavra analisada com outra que pareça esclarecer-lhe o sentido é válida para tentar descobrir a verdade do vocábulo.³

A seguir propõe-se abandonar a análise do nome de heróis e homens afirmando que podem levar a enganos (397 b) e amplia momentaneamente sua pesquisa para os nomes comuns genéricos, porém logo retorna para os nomes próprios de deuses. Depois destes analisa nomes comuns de fenômenos naturais e então passa para os nomes comuns de noções intelectuais e morais. Os nomes de noções negativas, ‘censuráveis’ coincidem etimologicamente com a idéia de repouso; as positivas, ‘elogiáveis’, com a idéia de movimento.

Hermógenes porém faz ver a Sócrates que procedendo desta maneira, i. e., relacionando um nome com outros, os que estão na base das relações permanecem sem explicação, são estes os nomes primários (*prw/ta*), os nomes-elementos (*ta\ o)no/mata stoixei~a*), que deverão agora ser examinados.

¹ Sócrates diz que o filho de Heitor era chamado Astianacte pelos troianos e conclui daí que era chamado Escamândrio pelas mulheres. “Es cierto que, en *Ilíada* XXII 306, Homero dice que los troyanos le llaman Astianacte, pero nunca dice cómo le llamaban las troyanas. Sin embargo, si afirma que su padre, Hector, le llamaba Escamandrio (VI 402). Con tan rebuscado y poco honesto razonamiento, puede Platón estar ironizando sobre la forma en que procedían los sofistas en sus etimologías.” *Ibid.*, p. 380.

² Méridier, 1950, p. 17.

³ “Peu importe qu’il rencontre, sur le nombre, des étymologies justes : elles se réduisent d’ailleurs à peu de chose, un peu plus de vingt (Plusiers de ces ‘étymologies’ ne sont d’ailleurs que des rapprochements avec des mots de la même famille; d’autres ne sont qu’incomplètement exactes ou se trouvent noyées parmi des étymologies fantaisistes.) sur cent douze mots étudiés et cent trent-neuf ou cent quarante étymologies.” *Ibid.*, p. 20.

1.2.2 Análise dos nomes primários e dos elementos / Construção da teoria da *mimesis* (421 c – 428 b)

Os nomes primários são aqueles que não podem ser explicados pela recorrência a outros nomes, método utilizado por Sócrates até agora, logo deverá se buscar um outro meio de se investigá-los (422 b). Sócrates estabelece que se a correção dos nomes secundários provinha de revelarem como cada ser é, deve ser esta também a correção dos nomes primários; não se desmembrando em outros nomes, podem, contudo, serem reduzidos a letras e sílabas.

Se não tivéssemos voz, o corpo imitaria aquilo que pretende manifestar (*dh/lwma tou~ tw~/ sw/mati e)gi/gneto, mimhsame/nou, w(v e)/oike, tou~ sw/matov e)kei~no d'e)bou/leto dhlw~sai*. 423 a), mas, como a temos, conclui que o nome é uma imitação vocal daquilo que se imita (423 b), não de maneira que ‘muuu’ seja o nome da vaca, mas que o nome imita com sílabas e letras a ‘essência’ do nomeado.

Propõe então que classifiquem as letras e sílabas para verificarem se suas propriedades combinam-se com as características do objeto nomeado (424 c – 425 b). O processo mimético de construção dos nomes primários se dá, então, através da combinação de sons que copiam a natureza essencial da coisa nomeada, e este processo mimético é baseado sobre articulações fisiológicas do som individual em questão. Uma vez estabelecidos estes nomes, o repertório se estende por combinação deles em componentes significantes de acordo com o senso primeiro.

Embora Sócrates diga que parece ridículo que as coisas revelem sua essência mediante letras e sílabas (425 d) dispõem-se comunicar suas impressões sobre os nomes primários, conquanto sejam temerárias e risíveis (426 b) e procede a análise de algumas letras (14 entre as 24 do alfabeto grego). As noções que vê sugeridas por estas letras são em número reduzido: *r* movimento, *i* sutileza, *f y v z* agitação, *d t* retenção, *l* fluidez, *g l* fluidez retida, *n* interioridade, *a* grandeza, *h* extensão, *o* circularidade; porém Sócrates diz ser evidente que as demais noções devem também terem sido reduzidas a letras e sílabas pelo legislador, que cria um signo e um nome para cada um dos seres, e compõe os outros nomes, por imitação (*a)pomimou/menov*), a partir destes mesmos elementos (427 c).

Ditas estas coisas Sócrates e Hermógenes incitam a Crátilo que se manifeste sobre o que até agora foi dito.

1.3 Crítica da teoria naturalista (428 b – 440 e)

Crátilo, que permaneceu em silêncio até agora, é chamado a dar sua opinião, pois caso tenha algo diferente a dizer pode aprender com Sócrates ou instruir aos outros dois, este responde dizendo que não se pode nem aprender nem ensinar coisa tão importante assim rapidamente (427e) porém Sócrates o estimula afirmando que ele próprio não pode garantir nada do que expôs e que imagina ter o amigo algo melhor a dizer sobre o assunto (428 a).

Crátilo acha a conclusão tirada até agora conforme com o seu pensamento, ele diz considerar o oráculo de Sócrates de seu gosto (428 c). Sócrates, contudo, diz estar desconfiado do resultado de sua busca com Hermógenes e propõe a Crátilo que juntos revejam a questão.

Sócrates de imediato faz a discussão volver-se para o ponto mais problemático da visão cratílina, pois esta não admite que existam nomes mal colocados e que, portanto, não há como falar falsamente; Crátilo tenta sustentar que um nome usado em situação imprópria, como se dirigir a ele saudando-o com o nome Hermógenes, é apenas um ruído pronunciado em vão (429e).

Partindo da analogia com a pintura Sócrates intenta fazer Crátilo perceber que se podem atribuir incorretamente os nomes: uma pintura de um homem é atribuída corretamente a um homem, porém erroneamente a uma mulher. A pintura correta atribui a cada ser o que lhe é próprio e semelhante, assim também se passa com os nomes, o nome-imitação que satisfaz esta condição além de correto é verdadeiro, o que não a satisfaz é incorreto e falso (430 d).

Crátilo tenta ainda manter a opinião de que a atribuição dos nomes é, necessariamente, sempre correta, porém acaba por aceitar que pode ocorrer engano no atribuir um nome, chamar um homem de mulher, por exemplo (431 a).

Sócrates mantém a comparação com a pintura para postular que sendo o nomear e o pintar artes imitativas as duas podem produzir bons e maus resultados. O bom resultado do pintar é reproduzir o máximo possível de características do objeto retratado, o do nomear

também. Porém, mesmo que a pintura ou o nome omita traços ou acrescente outros, ainda serão pintura ou nome, entretanto mal elaborados (431 c-e).

Crátilo mantém sua posição, rebate que se trocarmos as letras de um nome este se converte em outro, não que seja errado, mas que não o escrevemos de jeito nenhum. Este raciocínio reflete o que até agora foi dito ser a correção dos nomes, simbolizar através de letras e sílabas a essência do ser. Sócrates diz a ele que isso é próprio dos números, a troca de uma letra pode mudar tudo (pois os gregos representavam os números com letras comuns, assim *i* corresponde ao nosso 10 e adicionando uma letra, *a*, se torna 11) mas que talvez seja forçoso que busquem uma outra correção no nome, por que se o nome tivesse todos os traços do imitado seria um duplo seu (432 a-e).

Em 433 b.4 Sócrates diz haver uma contradição se o amigo sustentar, ao mesmo tempo, que os nomes são uma representação do objeto por meio de letras e sílabas e o dito antes, que não são nomes caso lhes seja alterada alguma letra, isto é, se não representam todos os traços do objeto. Embora um tanto obscura¹ esta frase parece querer chamar a atenção para as conseqüências pouco plausíveis da teoria da *mimesis*.

Sócrates inverte a análise anterior mostrando que os nomes podem ser compostos de letras que indicam noção diferente e até mesmo contrária à essência do objeto nomeado. Uma palavra como *sklhro/v* composta com o elemento que haviam concordado indicar fluidez, *l*, significa, contudo, ‘duro’ e, mesmo assim, nos entendemos. Em 434 e.4 Crátilo responde: - Sim, mas por costume (*e*)/*qov*) (!!). Sócrates então pega a deixa: costume é o mesmo que convenção (*sunqh/khv*), isto é, quando digo um nome penso no que ele significa e o outro entende o que penso mesmo que o nome seja construído com elementos diferentes da noção pensada.

Sendo então inevitável servir-se da convenção (*sunqh/khv*) para a correção dos nomes (435 c) Sócrates indaga de Crátilo qual a função dos nomes, e este dirá: ensinar, não existe outra forma em absoluto de conhecer as coisas, a melhor e a única é conhecê-las através do conhecimento dos nomes (436 a).

A análise dita acima que mostrou a deficiência da teoria da *mimesis* será estendida por Sócrates para demonstrar que a ‘exegese’ dos nomes pode levar a enganos quanto à realidade, os

¹ Calvo, op. cit., p. 449.

mesmos nomes que haviam lhes parecido revelar a essência do universo em movimento podem ser explicados em sentido contrário: conforme a idéia de repouso. E, mais, se o legislador instituiu os nomes primários no que se baseou ele para conhecer o objeto e nomeá-lo com acerto se a única forma de conhecimento fossem os nomes? Crátilo, no entanto, ainda tenta argumentar revestindo o legislador de força divina, possibilidade que já havia sido rechaçada por Sócrates em 425 d, contudo, se assim fosse, quais nomes consideraríamos corretos, diz Sócrates, os que sugerem o movimento, ou os que se remetem ao repouso?(438 c)

Sócrates consegue estabelecer então que não é a partir dos nomes que haverá de se buscar e conhecer os seres mas, de preferência, a partir deles mesmos e retorna a questão do ser em si: “El principio de que los seres son en sí ya habia quedado sentado en 486 d y ss. , (...). Aquí se dice algo más (que lo en sí es siempre idéntico y nunca abandona su forma) y se desarrollan sus implicaciones epistemológicas (sólo el ser en sí permite el conocimiento). Sin embargo, Sócrates no llega a ello por un proceso dialéctico sino acuediendo a un sueño que tiene; como, en ocasiones, recurre a un mito.”¹, e aconselhará Crátilo a continuar a pensar na questão considerando a possibilidade de estarem os que vêem o universo em fluxo contínuo a projetar sua própria condição, como os que por terem o nariz a escorrer pensam estarem todas as coisas como eles, fluindo e escorrendo (439 c).

Crátilo diz que irá fazer isto e que mesmo neste momento não está sem examinar o assunto, mas ao examinar e se ocupar da questão lhe parece muito mais que seja da forma como disse Heráclito (440 d-e). Sócrates então se despede do amigo, que segue para o campo acompanhado de Hermógenes.

¹ Ibid., p. 459.

2 ANÁLISE DO CONTEÚDO

O *Crátilo* é um dos diálogos platônicos que mais bibliografia específica tem suscitado¹. Diversos comentadores disponibilizaram leituras e interpretações múltiplas e contraditórias de seu conteúdo. Os pontos que mais discussão produziram são: posição do diálogo dentro da obra platônica, identificação dos personagens, relação de suas teorias com as correntes de pensamento de sua época e de épocas anteriores, valoração da longa passagem das etimologias e o objetivo de Platão ao escrevê-lo²; estas questões mais amplas motivaram diversas análises, tanto gerais quanto detalhistas.

Minha análise começa por tentar identificar qual é o objeto da discussão ali empreendida por Sócrates, Hermógenes e Crátilo, buscando esclarecer o objetivo de Platão ao escrevê-lo. Logicamente esta intenção exige que se façam considerações acerca de todos os pontos polêmicos da obra, me abstenho no entanto, de analisá-la dentro da produção platônica, restrição necessária, pois tal análise seria um empreendimento grandioso demais para o objetivo desta monografia. Contudo deve-se considerar que um texto que tenha motivado tantos estudos não é de fácil abordagem. Muitas são as relações que se estabelecem a partir de seu conteúdo, pois várias são as idas e vindas da argumentação socrática. Por isso alguns aspectos são necessariamente menos evidenciados que outros nesta minha leitura.

2.1 Sobre...

¹ cf. Calvo, 1983, p.1; Méridier, 1950, p. 7; Piqué, 1996, p. 171; Santos, 2002, p. 20.

² cf. Calvo, id.

É comum entre os comentadores dizer que o *Crátilo* discorre sobre a correção dos nomes com vistas a tratar: a) da linguagem¹, b) da origem da linguagem², c) da antítese *no/mov* / *fu/siv*³, d) do problema do conhecimento⁴; isto dito de maneira a sistematizar as opiniões, pois em geral os autores analisam as inter-relações dos diversos níveis priorizando um ou outro conforme um interesse subjacente. Irei portanto partir de uma leitura mais literal do texto visando explicitar quais destas priorizações são mais ou menos bem colocadas.

Convém primeiramente analisar que é esta correção dos nomes com a qual se preocupa Platão e rever o contexto histórico da questão.

2.1.1)*Orqoe/peia*

Quando Hermógenes apresenta o assunto da discussão entre ele e Crátilo para Sócrates, diz que se trata da correção dos nomes (*o*)*no/matov* *o*)*rqo/thv*), porém convém entender por que esta questão lhes interessava e em que nível estão visualizando-a.

A busca da correção da linguagem está ligada ao movimento sofístico, que primando pela formação do homem político conferia grande valor a linguagem enquanto discurso. A arte do bem falar em público foi o eixo central de uma escola que trouxe a tona diversas discussões relativas a linguagem em correlação com uma visão de mundo que justificava suas concepções.

Embora as opiniões dos representantes desta escola possam ser isoladas e diferenciadas, em geral a conseqüência ontológica de suas afirmações levava a descrença do vínculo linguagem/verdade; acreditavam na independência da linguagem frente à realidade, e através de exercícios retóricos demonstravam à população como se podia falar muito bem sustentando-se qualquer ponto de vista: algo poderia ser bom ou ruim dependendo da situação, as noções eram relativizadas e o poder persuasivo da linguagem era evidenciado.

¹ Gadamer, 1977, p. 488.

² Neves, 1987, p. 49; Soulez, 1991, p. 43.

³ Guthrie, 1978, vol. V, p. 5.

⁴ Rumsey, 1986, p. 385.

A crítica histórica deste movimento foi feita tanto por Platão como por Aristóteles e outros, para eles a sofística vendia um conhecimento aparente, eram charlatães que impressionavam o povo com as possibilidades retóricas do discurso e tiravam proveito da crescente necessidade do uso do discurso público como arma política.

O interesse pela correção da linguagem está ligado às figuras de Pródico, Protágoras e Hípias que parecem ter buscado um uso limpo da palavra no discurso (*ο)ρροε/πεια*), limpo da ambigüidade e inadequação geradas pelo caráter arbitrário da linguagem. O interesse dos sofistas era a composição do discurso convincente, e a eficácia dependia da correção da linguagem: buscar palavras bem compostas, bem soantes e bem aplicadas num todo que, fechado em si mesmo, cumprisse sua função.

Percebe-se então que esta correção sofística da linguagem está demasiadamente relacionada ao resultado do texto; mesmo que tenhamos estudos de distinção de sinônimos realizados por Pródico e outras possíveis teorizações de alguns sofistas, seus interesses eram práticos; no *Crátilo* a questão está posta diferentemente.

Ali a correção do nome não está de forma alguma relacionada a sua função e colocação no discurso, ao seu uso prático, mas se debate a ligação entre o nome e a coisa nomeada, a correção ali investigada é a da adequação do nome à manifestação real do objeto, é necessária para esta investigação acreditar que o nome está de alguma forma relacionado com a realidade e a possibilidade de expressão do conhecimento, relação esta negada pelos sofistas.

O fato de Sócrates lamentar desconhecer o assunto por não ter assistido às aulas de Pródico parece ser uma de suas tiradas maliciosas, por ter Hermógenes mencionado o termo correção, já que não há nada que indique historicamente que Pródico tenha se ocupado da correção dos nomes no sentido em que ela é examinada no *Crátilo*.

É importante aqui que eu apresente informações a respeito da noção grega de *ο)/νομα*, termo que vem sendo traduzido por nome ou palavra.

2.1.2)/Onoma

Para se falar sobre a linguagem entre os gregos é imprescindível explicitar a noção de *ónoma*. “De fato o *ónoma* era o próprio coração da reflexão grega sobre a linguagem.”¹ A concepção de *ónoma* é o princípio e por muito tempo o centro a partir do qual se pensa a linguagem e as relações entre a realidade e o pensamento, a questão da verdade e do conhecimento.

2.1.2.1 A concepção arcaica de *o* / *ónoma*

Até o século VI a.C. *ónoma*² é o nome próprio³ a “única unidad aislada equivalente a nuestra ‘palabra’”,⁴ pois, neste período fortemente marcado pela oralidade os relatos narrados em prosa ou verso são percebidos como um todo, não eram divididos em elementos constituintes.

Entendido como ‘propriedade’ do ser que nomeia, *ónoma*, o nome⁵, é parte da imagem deste ser e tem o poder de instaurá-lo⁶. Este poder do nome está fortemente relacionado com o uso mágico-ritual da palavra atestado em sociedades muito antigas⁷; a palavra usada no rito desvela para os iniciados o seu significado oculto. Esta valorização da palavra pode ser encontrada atualmente tanto na poesia quanto no folclore popular (crendices e tabus) ou em práticas religiosas (invocações, maldições, etc.).

A crença de que no nome está oculta sua explicação semântica se explicita também no uso que poetas épicos, líricos e trágicos fizeram da paráfrase e da ‘etimologia’ como um recurso poético. A distância temporal que separava o público daqueles acontecimentos narrados, a presença de fórmulas provenientes da literatura oral parecem ser motivos dos poetas sentirem a

¹ Piqué, 1993, p. 3.

² Para o problema da tradução de *ónoma* cf. Robinson, 1955.

³ *Il.* IX.515; *Il.* X. 69; *Il.* 18.449.

⁴ Gangutía Elicegui, 1977, p. 10.

⁵ Mesmo concordando com as observações feitas por Robinson em seu texto mencionado na nota 2 supra, considero que traduzir o termo *ónoma* torna o texto mais fluido e compreensível.

⁶ Hes. *Teog.* 149.

⁷ “Walter Benjamin acreditava que talvez fosse mesmo anterior à própria linguagem verbal: ‘...leituras das vísceras pelos oráculos, das estrelas ou das danças (...) fases mediante as quais aquela capacidade mimética (...) efetuou sua oculta entrada na escritura e no idioma’. Benjamin, 1970, p. 52” in: Piqué, op. cit. , p. 8.

necessidade de explicar os nomes, acreditavam assim evidenciar a verdade que subjazia oculta neles. Há também uma tentativa de transmitir concepções teológicas, o poeta se torna uma via de acesso ao real por tornar compreensíveis os caracteres dos deuses através da elucidação do que realmente significavam seus nomes.

Procurar encontrar uma explicação velada pelo tempo ou por outro aspecto qualquer do que não é compreendido no texto através de uma exegese das palavras foi um recurso utilizado quando os poemas épicos se tornaram uma espécie de textos sagrados entre os gregos, pois apresentavam diversas dificuldades de interpretação dada a disparidade entre a concepção vigente nos textos e a atual, e mesmo por conta do desconhecimento do vocabulário. A crítica e a explicação destes textos passou a integrar a própria recitação dos mesmos, e o recurso utilizado para a explicação das palavras não compreendidas ou da concepção em choque com a moral da época foi justamente encontrado pelo filtro da crença numa verdade oculta no texto, o texto era objeto de uma ‘análise’ que desvelava ao público seu sentido profundo e verdadeiro.

Estas explicações foram prestigiadas neste período como método investigativo, logo eram validadas como uma maneira de se adquirir ‘ciência’. Também Hecateu de Mileto tentava descobrir os fatos históricos a partir dos verdadeiros significados dos nomes de pessoas ou de lugares.¹

A ‘etimologia’ é uma tentativa de se racionalizar conceitos teológicos no intuito de salvaguardar a ‘verdade’ da tradição. O questionamento racional que podia ridicularizar a religião é revertido no sentido de preservá-la. “La aparición del etimologismo o alegorismo se debió al intento de salvar la contradicción entre textos poéticos-religiosos y una incipiente racionalización”.² A necessidade de explicações racionalistas encontra na ‘etimologia’ e na alegoria³ um modo de explicar sem questionar ou afrontar a tradição.

A ‘etimologia’ se prestava a respostas pois o nome sendo, para eles, parte integrante da imagem natural do nomeado guardava informações sobre a própria coisa (o conceito de

¹ Ibid., p. 10.

² Gangutía Elicegui, op. cit., p. 19.

³ “Este método alegorista, aunque muy antiguo, debió de recibir otro nombre .)*Allhgori/a*, *a)llhgoriko/v*, etc. son palabras usadas a partir de la época helenística. Plutarco dice en 2.19e que «las llamadas antiguamente *u(ponoi/ai* ahora las dicen alegorías» (...). Su éxito y renovación constante suceden cuando textos muy arcaicos semirreligiosos empiezan a estar em contradicción evidente con la realidad. Es el caso del momento en que aparecen el propio Teágenes y Metrodoro de Lámpsaco y los alegoristas posteriores.” Ibi., p. 12.

semelhança simbólica), nele estava guardado um significado oculto que podia ser revelado, desvelado; o entendimento da coisa, sua verdade, estava subjacente no nome.

Através da etimologia a crença do nome estar ligado à coisa passa a ser uma ferramenta de reflexão, fez parte do aparato metodológico que começou a constituir áreas do conhecimento. As possibilidades de relações de cunho filosófico, ontológico e moral reveladas na ‘análise’ do nome abre espaço para uma forma de indagação da realidade que passa a encarar a linguagem como via de conhecimento.

Esta via está presente na concepção de pensadores e correntes filosóficas, tendo sido tratada de maneiras diferentes gerou também o ceticismo em relação a este método, fazendo com que os opositores de tais doutrinas sentissem a necessidade de criticá-la.

As teorias epistemológicas de Heráclito e Parmênides, por exemplo, estão postas no ambiente desta visão, podemos aí encontrá-la e perceber que uma das dificuldades na interpretação de seus textos provem da dificuldade de encarar um sistema baseado em um pressuposto básico que difere radicalmente do nosso, que estamos acostumados a uma relação referencial-convencional do nome com o objeto.

Heráclito uniu esta concepção de linguagem à prática filosófica. Sofisticada, transformada em conceitos, a crença no nome é latente na obra do efésio. A unidade de conteúdo e sonoridade no nome, a voz com significado, o uso das palavras distinguidas e especializadas como conceitos parecem ser reveladoras da concepção heraclitiana da linguagem.

A ligação palavra-coisa é trazida a um outro nível por Heráclito. A importância da polissemia dos termos usada como argumento para o constante devir do universo, a distinção entre o nível comum da linguagem (*lógos*), o discurso cotidiano e o nível profundo (*Lógos*), transmissor e manifestação da sabedoria ligada a organização do universo, deixam entrever a importância que ligou ao nome-conceito-palavra como desvelador das relações profundas da realidade.

Parmênides também ligou grande importância à linguagem na medida em que estava relacionada ao pensar e ao ser. O que é dito está se referindo de alguma maneira ao que é, assim não existe um significado que seja diferente da realidade. Os nomes são expressões lingüísticas do ser, ainda que sejam contraditórios não são ilusórios.

2.1.2.2 Reconsideração das relações entre nome e coisa

A partir do século V a.C. a racionalização, a consolidação do alfabeto e a difusão da literatura escrita possibilitaram a reflexão no sentido de considerar a linguagem desvinculada da sua relação com o mundo, passível de decomposição em elementos (letras e sílabas) não semânticos e de ser analisada em seu valor próprio. Uma concepção materialista que está ligada a figura de Demócrito, que também considerou a linguagem arbitrária e fruto da convenção ou instituição.

Vimos anteriormente (2.1.2) que a visão dos sofistas também desvinculava linguagem de realidade, e é neste momento histórico que se enquadram suas contribuições. Os sofistas foram fundamentais na difusão da literatura escrita e na vulgarização da cultura, até então a ciência era para um círculo de escolhidos.

Ao focarem o uso e ensinamento da língua e suas faculdades discursivas os sofistas consideraram-na um signo (Górgias) convencional organizado de uma forma especial, talvez perfeccionável (Protágoras), e chegaram a cisão realidade/pensamento e realidade/língua.

O relativismo das opiniões os fez considerar que o conhecimento não poderia ser expresso ou comunicado, o discurso não está em contato com a realidade, apenas as percepções sensíveis estão. Ainda que tenha um fundamento real, o discurso não é expressão 'natural' da realidade, é diferente das demais realidades, sobretudo dos corpos visíveis. Não há garantia de verdade, não há possibilidade de conhecer a verdade através das palavras.

Estes são alguns dos aspectos históricos que estão no cenário em que se desenvolve a discussão platônica no *Crátilo*.

2.1.3 Linguagem

Considerar que o assunto do *Crátilo* seja a linguagem pode não ser muito útil, nem no caso de se procurar uma simplificação, pois muitas ressalvas precisam ser feitas afim de que não se incorra em erro ou precipitação.

O assunto, obviamente, se remete a aspectos da linguagem, ou não nos ocupáramos deste texto aqui, porém não há nenhum conceito de linguagem em Platão ou anterior a ele que a tivesse isolado como objeto de estudo. Como foi visto no resumo o diálogo se dá em torno da questão da adequação da linguagem, e mais propriamente dos nomes, das palavras. Não se debatem estruturas lingüísticas ou relações intralingüísticas, as constatações que poderiam ser aproximadas a estes níveis (classificação das letras, mudança das línguas no tempo, diferenças dialetais, necessidade de tais elementos para compor uma frase, entre outras) não são relevantes no desenvolvimento do diálogo. A argumentação sempre se dá no nível da relação linguagem / mundo.

Justamente isto pode ser depreendido do texto, que a visão da linguagem presente nele é diversa da nossa, o panorama histórico ali descortinado nos traz elementos para compreender a evolução da questão. O texto trata da linguagem relacionada à posições ontológicas e epistemológicas que ainda não desvencilhavam a sua compreensão da compreensão dos demais fenômenos. Note-se que as duas visões opostas partem do mesmo pressuposto, que a linguagem é correta, é adequada ao mundo.

2.1.4 Origem da linguagem

Considero que não se trata, absolutamente, de um debate acerca da origem da linguagem. Em nenhum momento são postas considerações a respeito de quando se começa a falar e usar a linguagem, mas, mais uma vez, se trata da adequação da linguagem. A questão é esta: a linguagem que usamos se liga ao mundo de forma natural ou convencional; dito de outra forma: o significado das palavras, que nos remetem a objetos no mundo, existe independente do homem ou em função da sua ação.

O argumento que se costuma colocar como garantia de se falar ali da origem é a figura do nomothetes, o criador de nomes. No entanto considero que este personagem surge necessariamente do processo argumentativo de Sócrates. A analogia com a pintura sugere que se tenha um artista que produz a obra, um demiurgo; e a argumentação é posta em dois níveis: para rebater a opinião de Hermógenes de que qualquer um pode dar nome as coisas e para construir a teoria naturalista. A teoria naturalista será criticada depois por Sócrates, sem retirar a

existência do nomothetes, porém, não parece que ele esteja relacionado à origem da linguagem, mas comodamente à construção dos nomes, tanto os primários quanto os secundários, tanto entre os gregos como entre os bárbaros.

BIBLIOGRAFIA

SWIGGERS, P.; WOUTERS, A. Langues, Situations Linguistique et Réflexion sur le Langage dans L'Antiquité. In: _____, dir. **Le Langage dans L'Antiquité**. Louvain: Leuven University Press, 1990. p. 10-46.

THE RISE OF RHETORIC AND THE STUDY OF PROSE. p.15-19.
THE BEGINNINGS OF GRAMMAR AND ETYMOLOGY. p.20-29.

TAYLOR, D. J. Classical Linguistics: An Overview. In: KOERNER, E. F. K., ASHER, R. E., ed. **Concise History of the Language Sciences**. From the Sumerians to the Cognitivists. ??????: Pergamon, ??????. p. 83-90.

HOUSEHOLDER, F. W. Plato and His Predecessors. In: KOERNER, E. F. K., ASHER, R. E., ed. **Concise History of the Language Sciences**. From the Sumerians to the Cognitivists. ??????: Pergamon, ??????.p. 90-93.

ROBINS, R. H. **Pequena História da Lingüística**. Tradução por L. M. Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico S/A, 1979. cap. 1 e 2.

KAHN, Ch. Les Mots et les Formes dans le "Cratyle" de Platon. In: JOLY, H., org. **Philosophie du Langage et Grammaire dans L'Antiquité**. Bruxelles: Editions OUSIA, 1986. p. 91-103.

TAYLOR, T. J.; HARRIS, R. **Landmarks in Linguistic Thought**. The Western Tradition from Socrates to Saussure. London: Routledge, 1989. p. xi-19.

ILDEFONSE, F. **La Naissance de la Grammaire dans l'Antiquité Grecque**. Paris: J. Vrin, 1997. p. 53-72.

JOLY, H. Platon entre le Maître d'École et le Fabriquant de Mots. Remarques sur les grammata. In: _____, org. **Philosophie du Langage et Grammaire dans L'Antiquité**. Bruxelles: Editions OUSIA, 1986. p. 105-136.

GAMBARARA, D. L'origine des noms et du langage dans la Grèce ancienne. In: AUROUX, S. dir. **Histoire des idées linguistiques**. Tome 1. Liege-Bruxelles: Ed. Pierre Mardaga, 1989. p.79-97

INTRODUÇÃO DA GREDOS . CRÁTILLO

THORNTON, A. M. - Phrase et - Texte chez Platon et Aristote. In: JOLY, H., org. **Philosophie du Langage et Grammaire dans L'Antiquité**. Bruxelles: Editions OUSIA, 1986. p. 165-179.

AUROUX, S. dir. **Histoire des idées linguistiques**. Tome 1. Liege-Bruxelles: Ed. Pierre Mardaga, 1989. cap. III.

VERVAECKE, G. - La Critique du Langage dans la Grèce !!!
Classique. In: SWIGGERS, P., WOUTERS, A., dir. **Le Langage dans L'Antiquité**. Louvain: Leuven University Press, 1990. p. 134-163.

LADRIÈRE, J. La conception grecque de la science. In: COULOUBARITSIS, L. ed. **L'heritage du monde Grec**. Bruxelles: Ed. Ousia, 1989. p. 67-82.

CROMBIE, I. M. Lógica y Lenguaje. In: _____. **Análisis de las Doctrinas de Platón, vol. 2. Teoría del conocimiento y de la naturaleza**. Madrid: Alianza Editorial, 1979. p. 469-510.

PAVIANI, J. Escrita e linguagem em Platão.

Tese Jorge.

ADRADOS, F. R. Teorías Lingüísticas de la Antigüidade: Panorama Actual y Desiderata. In: **Revista Española de Lingüística**, año 13, fasc. 1, 1983. p. 1-23.

BOLLACK, J. L'en-deçà infini. L'aporie du *Cratyle*. In: **Poétique**, n° 11, 1972. p. 309-314.

GANGUTÍA ELICEGUI, E. Teorías Semánticas en la Antigüedad. In: _____, org.
Introducción a la Lexicografía Griega. Madrid: C. S. I. C., 1977. p.3-60.